

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

*Metrópole, Cotidiano e Racismo: Morte e Encarceramento da
População Negra em São Paulo*

Guilherme Estevão dos Santos

São Paulo

2017

Guilherme Estevão dos Santos

*Metrópole, Cotidiano e Racismo: Morte e Encarceramento da
População Negra em São Paulo*

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de bacharel em
Geografia

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo.

São Paulo

2017

Nome: Santos, Guilherme Estevão

Título: MetrÓpole, Cotidiano e Racismo: Morte e Encarceramento da PopulaçÓo Negra em São Paulo

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título em bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S194m Santos, Guilherme Estevão
Metrópole, Cotidiano e Racismo: Morte e Encarceramento da População Negra em São Paulo / Guilherme Estevão Santos ; orientador Anselmo Alfredo. - São Paulo, 2017.
59 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Urbana. 2. Racismo. 3. Cotidiano. 4. Violência. 5. Metrópole. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

Resumo

No último quarto do século XX em meio a transformações significativas do capitalismo mundial, como por exemplo o fim do modelo de produção fordista, a crise do petróleo e sobretudo a transformação do capitalismo industrial em capitalismo financeiro, sucedeu-se, sobretudo, na periferia do capital (países de terceiro mundo ou subdesenvolvidos) a industrialização e modernização do campo, que teve como fundamento a mecanização dos processos produtivos e redução significativa do trabalho vivo na produção agrícola, tal processo tem como consequência um significativo êxodo rural do campo para a cidade, onde a forma de consciência do homem do campo também se transforma, pois é marca desta o processo a massificação e padronização do consumo, agora enquanto símbolo de uma identidade urbana (Mandel, 1978) transformando e intensificando a metrópole enquanto aglutinação, acumulação, centralização, concentração dos processos críticos de valorização, dos fatores de produção, sobretudo da força de trabalho (Damiani, 2009) avivando nesse sentido os processos concorrenciais inerentes a acumulação capitalista. A concorrência tratada como sociabilidade crítica, assim é definida pois é fruto de uma constante dispensa de trabalho vivo e mecanização de todos os setores produtivos, impossibilitando a capacidade de valorização a partir da mais-valia advinda do trabalho vivo, configurando assim um processo de valorização baseado na ficcionalização do valor, os juros. (Anselmo, 2010). A sociabilidade crítica é interpretada enquanto efetivação deste processo crítico de valorização no cotidiano, se explana no urbano, onde o processo da reprodução crítica do capital escancara suas contradições, onde a sociedade do trabalho se mostra intransponível como forma de consciência, onde a concorrência se acirra de tal forma, que a violência, o cárcere e a morte não mais são estranhados. Nesse sentido ao olharmos para a formação social/racial da sociedade brasileira vamos observar que essa se formou historicamente na base da dominação

do sujeito negro para o trabalho e na naturalização desta dominação, ou seja, toda violência sobre a população negra, expressa pela escravidão africana, permaneceu no período pós-abolicionista, se cristalizou e se repõe a cada nova era do capital, assim ocorreu com a formação do mercado de trabalho livre em São Paulo, onde a imigração italiana marginalizou os negros enquanto sub-trabalhadores (Santos, 1998) e ocorre hoje, na era do capitalismo financeiro, marcado pela diminuição dos postos de trabalho, com a violência urbana em São Paulo que mata e encarcera a população negra (Sinhoretto, Silvestre e Schilittler, 2014). A naturalização, racionalização e espetacularização de tal violência muitas vezes perpetrada pelo Estado expõe o caráter concorrencial crítico desta sociabilidade, que não estranha a morte e o cárcere e concebe tal dominação enquanto forma de justiça. Essa dominação funda um novo conjunto de normas sociais que limitam fisicamente o cotidiano do negro na metrópole paulista, desde simples gestos corporais até lugares passíveis ou não de serem frequentados. O negro vive no urbano a objetividade e subjetividade do medo, pois assim como na sociedade escravista, ele é um ser a ser domado.

Sumário

Introdução.....	pg.8
1. Raça e Acumulação Primitiva: A Naturalização da Raça na Modernidade..	pg.10
1.2. A Acumulação Primitiva na Europa.....	pg.11
1.3. O Novo Mundo e a Acumulação Primitiva.....	pg.13
1.4. Raça, Modernidade e Formação Social Brasileira.....	pg.16
2. Raça e Sociedade do Trabalho: O Mercado de Trabalho e Concorrência em São Paulo no Pós-Abolição.....	pg.19
2.1 Abolição e Pós-Abolição: Os Sentidos da Liberdade.....	pg.20
2.2 Formação do Mercado de Trabalho em São Paulo.....	pg.23
2.2.1 Mercado de Trabalho, Concorrência e Racismo.....	pg.26
3. Crise, Racismo e Sociabilidade Crítica: Morte e Encarceramento do Povo Negro.....	pg.34
3.1. Urbanização e os Sentidos da Crise.....	pg. 34
3.2. Subjetividade e Sociabilidade Crítica.....	pg. 37
3.3. Dominação e Subjugo da População Negra na Era do Capital Financeiro.....	pg.39
3.3.1 Morte e Encarceramento da População Negra em São Paulo.....	pg.42
3.3.1.1 Os Sentidos do Cárcere.....	pg.48
Considerações Finais.....	pg.52
Referências Bibliográficas.....	pg.53

Introdução

O cotidiano na metrópole é vivenciado, percebido e concebido pelos seus diversos sujeitos de modos diferentes, isso porque é característica da metrópole ser aglutinação, acumulação, centralização, concentração dos processos críticos de valorização, dos fatores de produção, sobretudo da força de trabalho (Damiani, 2009). Esse caos que a metrópole apresenta, se assim podemos definir, foi constituído a partir do trabalho acumulado historicamente. Em São Paulo o processo se iniciou a partir da ocupação da terra pelos nativos, onde o trabalho acumulado criou as bases para a expropriação colonial (Petroni, 1995), tal expropriação fundou as bases para a criação da indústria e de forma paralela instituiu a migração europeia como preenchimento da força de trabalho necessária. Após o apogeu industrial, na década de 1950 outro processo migratório surge, a migração nordestina, num processo constante de expansão da mancha urbana, novas formas de consciência geralmente conectadas a expansão da gama de mercadorias vão originar novas morfologias urbanas, assim foi com a popularização do automóvel e com a crescente renovação urbana, vista por exemplo a partir das atuais operações urbanas. Esse trabalho acumulado aglutina na metrópole uma série de elementos segmentados e hierarquizados, baseados na concorrência e na divisão do trabalho. Assim sendo tendo como recorte de análise e observação dados sobre a realidade da população negra do estado de São Paulo é possível, determinar que este segmento da população vivencia, percebe e concebe um cotidiano diferenciado, por todos aspectos subjetivos e objetivos que o compõe enquanto sujeito-trabalhador urbano historicamente construído. Essa particularidade se observa a partir do grau de violência direta por qual a população negra é exposta na metrópole paulista, violência perpetrada por diversos sujeitos sociais e que evidencia o racismo enquanto elemento central da sociedade brasileira e paulista.

Para apreender as origens, sentidos e consequências dessa exposição se faz necessário uma reconstituição histórica primeiramente da formação das identidades raciais no Brasil e em São Paulo e conseqüentemente da formação da identidade negra, seguida de uma reflexão acerca da inserção do negro enquanto sujeito moderno e urbano, na sociedade industrial e concorrencial capitalista, posteriormente se faz preciso compreender quais aspectos materiais e subjetivos formam esse sujeito negro durante as nuances do modo de produção capitalista, sobretudo a partir da década de 1980 na transição do capitalismo industrial para o financeiro e na expansão urbana, também enquanto forma de consciência.

A hipótese aqui levantada é que o cotidiano, assim como os aspectos materiais e subjetivos da população negra em São Paulo concebidos a partir e sobretudo dos dados relacionados à segurança pública e percepção destes sujeitos a partir do movimento social negro denotam a reposição categorial e histórica do racismo e sua função dentro da perpetuação do moderno modo de produção. Onde os conceitos de dominação, naturalização e racionalização se fazem fundantes para a compreensão dos sentidos da discriminação racial no mundo moderno, assim como sua função na perpetuação do modo de produção capitalista. A proposta parte de uma apreensão obtida a partir da realidade vivida, percebida e concebida na metrópole paulista, mas que tem como fim, a partir dos conceitos de totalidade e simultaneidade, aferir sobre a naturalização da dominação objetiva (corpo) e subjetiva (consciência) da população negra em âmbito mundial.

1. Raça e Acumulação Primitiva: A Naturalização da Raça na Modernidade

A compreensão do conceito raça não pode efetivar-se sem uma análise total do tempo e espaço, ou seja, sem uma análise histórica e universal, que por mais que sejam apreendidos em fragmentos possuem um caráter linear e lógico, uma análise fragmentada, de um recorte por si e para si não passa de uma abstração da realidade, realidade essa que só pode ser apreendida em seu caráter total. Portanto conceber o conceito de raça sem determinar suas conexões externas nos traz apenas uma contradição existencial do próprio conceito. Devemos assim determinar a essência do conceito, sua gênese, as bases reais de seu fundamento que no mundo moderno é indissociável do trabalho, ou melhor, da lógica do trabalho, essa por sua vez é a consciência fundante e necessária para a constituição do moderno. Tal consciência pressupõe um novo entendimento sobre o trabalho, o trabalho livre, primeiro das guildas e da servidão feudal e depois livre dos meios de produção. Eis aqui o movimento da história denominado de acumulação primitiva.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.¹

A liberdade surge aqui como ilusão necessária para a imposição deste novo entendimento, entretanto as condições a qual foram expostos os ex-servos na nova dinâmica de trabalho eram iguais ou pior que a própria servidão, a sujeição aqui mudou de forma e conteúdo, da feudal para a capitalista, mas manteve em essência seu caráter de dominação².

¹ Marx, Karl “O Capital: Crítica da Economia Política”, vol.2, 1ªed. Editora Nova Cultural, 1996, São Paulo. pp. 340

² Marx, Karl *Ob cit* pp.341

1.2 A Acumulação Primitiva na Europa

A acumulação primitiva pode ser definida em dois movimentos indissociáveis, o primeiro acontece na Europa, no século XV e está intimamente ligado aos produtor rural e a agricultura, em sua incumbência de efetivar a transformação deste produtor rural em trabalhador livre a acumulação primitiva, primeiro expropria e acumula a propriedade da terra dos camponeses, fundando os latifúndios e também os expropria dos meios de produção, geralmente concentrados nas antigas corporações de ofício urbanas, criando as bases necessárias para a formação da força de trabalho, novamente, duplamente livre inicialmente da coação feudal e posteriormente dos meios de produção. O ponto chave de compreensão deste movimento é a expropriação da base fundiária do produtor rural, que configura o primeiro processo real de acumulação primitiva de capital³. Esta fundante expropriação do produtor rural expressa um dos marcos da violência econômica na nova era, tal violência vai permanecer e se repor no mundo moderno, subjugando e pauperizando cada vez mais a massa de trabalhadores que se torna por sua vez cada dia maior e mais mundial. O ponto de partida foi dado no século XV, onde relatos de autoridades, intelectuais e religiosos da época denotam o caráter do processo e seus métodos, muito desses relatos explicitam o aumento do tamanho e diminuição da quantidade de propriedades, a transformação de lavouras em pastagem para ovelhas, a destruição das moradias e igrejas rurais, a fundação do sistema colonial, a formação da dívida pública, a constituição de leis e até sequestro dos bens da igreja e da Coroa.

Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a

³ Marx, Karl *Ob cit* pp.342-355

indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros.⁴

Assim outro ponto de importante análise é a inserção destes sujeitos na nova era, a era da indústria e do trabalho livre, onde novas condições de trabalho foram instituídas. A necessidade de uma grande massa de força de trabalho para consolidação do processo fez com que todo o sistema moral e ético estabelecido na sociedade feudal fosse transformado, o trabalho era agora livre e urbano, o chão era as fábricas têxteis, sobretudo na Inglaterra, onde manufaturavam a lã produzida nas terras expropriadas. A incipiente produção capitalista tinha que se efetivar, portanto e novamente se fez necessário os métodos violentos, primeiro aos trabalhadores nas fábricas, onde a jornada de trabalho de 12, 14 horas por dia, o emprego da força de trabalho de crianças e até torturas constituíam métodos comuns na indústria. Os que não se enquadraram nas novas condições de produção, devido a forte violência que o processo exprime, deviam por via de regra ser considerados párias, vagabundos não dotados do espírito laborioso do trabalho e logo foram submetidos a leis brutais, que os submetiam novamente a servidão, quando não a morte⁵.

Assim sendo podemos observar que a necessidade de criação e consolidação de uma massa de força de trabalho para a incipiente indústria manufatureira europeia se estabeleceu através da imposição violenta e atroz da lógica do trabalho, dotada do espírito cristão e livre, tal espírito nada mais é que uma consciência fundante, necessária e ilusória que consagra o novo modo de produção e seus métodos violentos como leis naturais evidentes⁶, ou seja, determina a naturalização, na sociedade moderna, da miséria, tortura, fome e morte em suma da violência. Esse é o cerne da constituição do homem moderno, sua subjetividade bárbara justificando a objetividade do seu modo de produção.

⁴ Marx, Karl *Ob cit* pp.355

⁵ Marx, Karl *Ob cit* pp. 356

⁶ Marx, Karl *Ob cit* pp.358

...proclamou-se a extração da mais-valia como objetivo último e único da humanidade⁷.

1.3 O Novo Mundo e a Acumulação Primitiva

O segundo movimento da acumulação primitiva se diferencia do primeiro pelo seu caráter mundial, o surgimento do sistema colonial, que é objeto central deste capítulo, consolida a nova era como processo mundial, onde populações de todos os continentes foram submetidas aos “métodos idílicos” da acumulação capitalista. O desenvolvimento da navegação e consequente inserção dos territórios americanos e africanos como possessões europeias demonstram que a acumulação primitiva necessitava de um excedente demográfico e de novas terras necessários para se realizar⁸. Como na Europa, esses dois continentes vivenciaram uma dupla expropriação, primeiro da propriedade da terra e posteriormente da força de trabalho, porém essa dupla expropriação possui suas próprias particularidades que diferenciam e ao mesmo tempo se refletem na sociedade europeia. Além, evidentemente, de estruturarem as modernas sociabilidades americanas e africanas.

A definição de comércio marítimo triangular, cunhado por Eric Williams, parece em demasia adequada para a compreensão da expansão dos processos da acumulação primitiva, que envolveu a Europa, como fornecedora dos produtos manufaturados que eram usados no sequestro de africanos, na costa da África e estes eram enviados à América para trabalharem na terra que fora expropriada, e os nativos escravizados ao menos inicialmente, para o desenvolvimento das monoculturas de cana-de-açúcar e algodão, os produtos das monoculturas, melão e algodão colhido eram então despachados para Europa, onde a manufatura se estruturava. Essa é a origem da gloriosa Revolução Industrial⁹.

⁷ Marx, Karl *Ob cit* pp.385

⁸ Marx, Karl *Ob cit* pp.381

⁹ Williams, Eric “Capitalismo e Escravidão” cap. 5., 1ªed. Companhia das Letras, 2012, São Paulo. pp.148-159

A consolidação do comércio marítimo triangular fez com que o processo de acumulação primitiva tomasse as proporções necessárias para sua efetivação, o desenvolvimento da indústria naval, da manufatura, das monoculturas e sobretudo da escravidão africana tornou-se objeto imprescindível e sua violência inerente foi justificada pela sociedade euro-cristã.

A escravidão africana destoa dos outros processos do comércio marítimo triangular, devido tanto a violência e coisificação, como devido a seu impacto nas três pontas do triângulo. Começamos então pela sua gênese, a África, onde a existência da escravidão tribal é de necessária compreensão, ela foi usada pelos mercadores europeus, que negociavam com seus produtos manufaturados, a posse do escravizado com os líderes tribais, que no futuro também viriam a ser escravizados. Esse processo de escravização quase que completa desintegrou as inúmeras sociedades tribais africanas, estas possuíam um notável conhecimento sobre agricultura e mineração que foram transplantados e aplicados em seu lugar de cativo. A desintegração das sociedades tribais africanas se denotou como um elemento fundamental da exploração mineral no território africano, fruto da expropriação da posse da terra, pelas metrópoles e futuras nações europeias.

O impacto nas colônias americanas não deve ser dissociado da situação dos nativos, que foram escravizados como força de trabalho necessária às monoculturas, entretanto a escravidão nativa foi apenas incipiente, tal processo é empreendido de diversas formas, uma delas relaciona o não desenvolvimento da escravidão nativa com a constituição física/corporal dos mesmos, que não suportariam o trabalho forçado e nem resistiriam ao contato com as doenças provindas da Europa, outra interpretação condiciona a não escravização nativa, a própria condição de nativo, conhecedor das terras inexploradas e, portanto um eminente auxiliar dos desbravadores europeus (bandeirantes), sendo o trabalho forçado um desperdício. No entanto o não desenvolvimento do trabalho nativo se dá pela evidente vantagem econômica apresentada pela escravidão africana, que como dito anteriormente fez parte do

complexo movimento do comércio marítimo triangular, ou seja, o movimento que a escravidão africana gerou nas três pontas do triângulo concebeu à acumulação primitiva, o lucro necessário para sua efetivação. Não só o não desenvolvimento da escravização nativa na América pode ser apreendido por esse prisma, mas também a própria extensão da escravidão africana, empreendida de forma tão racional, que se apresentou enquanto um comércio, aliás, o mais essencial, atroz e violento destes. Assim sendo, o extermínio da população nativa na América, pode ser compreendida pela diluição do seu modo de vida, estritamente ligado a posse do solo e sua não utilização enquanto força de trabalho, mitigando as condições de manutenção de sua existência.

A Europa e, especialmente a Inglaterra se constituiu como o cerne da acumulação primitiva criada pelas monoculturas americanas e pela escravidão africana¹⁰, essa condução se constituiu primeiro como desenvolvimento da manufatura e posteriormente como revolução industrial, ou seja, foi a expropriação das terras americanas e o sequestro de africanos que formaram a “base idílica” e marcaram a aurora do período da acumulação capitalista fincada na Europa e nela concentrada. Tal processo não se concretizaria a não ser pela racionalização e naturalização dos métodos violentos e brutais necessários para a estruturação da acumulação primitiva e constituição da sociedade moderna. Essa racionalização e naturalização não podem ser apreendidas sem o papel fundante que as autoridades, religiosos e intelectuais europeus tiveram na disseminação das ideias e ideais que colocam a acumulação capitalista e o desenvolvimento num plano místico, o plano da riqueza nacional, onde a consciência do trabalho é o motor central que deve mover todos os povos do mundo, de maneira impositiva, seja pela violência econômica ou extra econômica, em vista de instituir e estruturar a sociedade moderna e seu correspondente modo de produção.

¹⁰ Willians, Eric *Ob cit* pp.148; Ianni, Octavio “Escravidão e Racismo”, 1ªed., Hucitec, 1978, São Paulo pp.4

...todas as classes sociais da sociedade inglesa formavam uma frente única em favor do comércio de escravos. A monarquia, o governo, a Igreja, a opinião pública em geral, todos apoiavam o tráfico negreiro¹¹.

1.4 Raça, Modernidade e Formação Social Brasileira

O moderno processo de formação das identidades raciais no Brasil não pode ser pressuposto fora da formação social que as relações coloniais determinam. Por mais que seja plausível imaginar que os processos racialistas (ou diferenciação racial) sejam pré-modernos e nada têm a ver com a constituição da acumulação primitiva¹², é incompatível conceber tal processo fora das relações que produzem a sociedade moderna¹³, ou seja, o escravismo do povo africano na constituição do mundo moderno é basilar no entendimento da moderna formação das identidades raciais, pois esta formação faz parte da racionalização e naturalização dos métodos da acumulação primitiva necessários para a consolidação da consciência do trabalho em âmbito mundial. Sendo assim, a formação das identidades raciais no Brasil, fundadas no trabalho cativo do africano, que abarca o universo da violência extra econômica sobre este sujeito, constitui uma sociedade notadamente racista, onde todo e qualquer traço relacionado ao sujeito africano, desde seus aspectos fenóticos até seus aspectos culturais serão subjugados com vistas à racionalização e naturalização do trabalho cativo necessário para acumulação primitiva concentrada na Europa. Esta por sua vez disseminará seus aspectos culturais e religiosos como vetores fundamentais da consciência do trabalho que deve se renovar paralelamente aos processos da acumulação capitalista. Ora, trata-se aqui de uma lei de

¹¹ Willians, Eric *Ob cit* pp.74

¹² Como suporte a compreensão que determina a existência do racismo como elemento pré-moderno apresentamos Moore, Carlos "Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para a Compreensão do Racismo na História" 1ªed. Maza Edições, 2007, Belo Horizonte-MG.

¹³ Almeida, Silvio Luiz "Estado, Regulação e Crise" Revista Jurídica Práxis Interdisciplinar v.1, nº1, 2012, Monte Carmelo -MG

dominação, que só pode e deve ser apreendida na confluência do objetivo com o subjetivo, pois nenhuma forma se objeta sem uma forma de consciência que justifica, racionaliza e naturaliza tal realidade. Assim sendo, com o devido olhar histórico, podemos determinar que a consolidação dos processos da acumulação primitiva no Novo Mundo instituiu o trabalho cativo e as identidades raciais com vista de sua própria consolidação, mas também e, sobretudo com vista de instituir a divisão internacional do trabalho, que vai se mostrar fundamental para as fases procedentes do modo de produção capitalista¹⁴.

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim ambos os elementos, raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente”¹⁵.

O desenvolvimento do racismo científico e das teorias sobre a mestiçagem surge nesse âmbito como o esforço de justificativa, feito pela sociedade europeia, da violência praticada no Novo Mundo, onde os sujeitos nativos, negros e índios eram definidos como seres selvagens e a mestiçagem como perniciososa, e que assim era necessário domina-los, catequiza-los ou em último caso até mata-los¹⁶. Entretanto, nossa compreensão que se pretende crítica não deve conceber essa dominação como algo solto no éter, ele tem um objetivo que é inserir, ou melhor, impor a estes sujeitos (negros e índios), através da extrema violência se necessário, a

¹⁴ Quijano, Anibal “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” IN: “A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas” 1ºed., CLACSO, 2005, Buenos Aires. pp.117-125

¹⁵ Quijano, Anibal *Ob cit* pp.118

¹⁶ Munanga, Kabengele “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra” 1ºed., Vozes, 1999, Petrópolis-RJ

consciência laboriosa do trabalho, com vistas de efetivar o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e o caráter mundial do regime capitalista¹⁷.

O trabalho cativo do negro e toda violência extra econômica que este estabelece, cria, não só na realidade da formação social do Brasil, mas sim no mundo a naturalização da dominação do sujeito negro até os dias atuais. Esta dominação foi expressa na própria violência do tráfico negreiro, no trabalho nas monoculturas e na mineração na América, permaneceu na instituição de leis racistas no período pós-abolição e hoje se expressa através do forte aparato militar que domina e relega a população negra, um conjunto de regras que limita a estruturação desta ao próprio processo de dominação, ou seja, a constituição de uma identidade racial subjugada e dominada significa que esta assim tem de permanecer, enquanto materialidade e forma de consciência, para a manutenção da realidade que nada mais é que a realidade da mercadoria e do capital, baseada no trabalho, positiva ou negativamente. Nesse sentido o único contato dos sujeitos desta realidade é a própria realidade, não raro a mercadoria e a propriedade privada a quem não as possui é vista como forma superação desta realidade, contudo esse pensamento só atinge apenas uma contradição existencial dos termos, uma contradição interna a própria realidade, portanto a real contradição deve ser entre realidade e não realidade que aí ganha aspectos infinitos de compreensão.

Deste modo, a moderna formação das identidades raciais, assim como o processo de violência conseqüente, o racismo, não pode ser entendido fora das condições objetivas e estas por sua vez não serão totalmente compreendidas sem o papel fundante que a diferenciação racial tem e teve na constituição do mundo moderno.

¹⁷ Marx, Karl *Ob cit* pp.381

2. Raça e Sociedade do Trabalho: O Mercado de Trabalho e Concorrência em São Paulo no Pós-Abolição

Os processos que se apresentam enquanto rupturas históricas devem ser apreendidos de forma inversa, enquanto processos que trazem consigo as categorias que constituíam a realidade supostamente superada, senão incorreríamos a análises abstratas, onde se concebe que elementos reais possam surgir do éter e determinar a realidade. Assim sendo é importante para todo tipo de análise apreender uma lógica que guia a história, dando coerência e coesão a nossa interpretação de mundo.

A confluência, muitas vezes contraditória, dos aspectos objetivos com os subjetivos constitui o total do pensamento moderno, a lógica que vai guiar suas formas e determinar a realidade. A separação destes aspectos entre si é o que nos dá a falsa apreensão de renovação categorial e superação histórica. Totalidade e simultaneidade são conceitos elementares do pensamento crítico: não há como compreender um aspecto material sem o modo de consciência que vai dar sentido a esta forma.

Se levarmos como premissa tal método cognitivo vamos determinar que a formação e consolidação do estado nacional brasileiro, marcadas pelo período abolicionista e pós-abolicionista, se materializa enquanto continuação lógica da acumulação primitiva, que impôs o trabalho como mediador social e se fincou na América através da escravidão africana. Aqui se trata do movimento mundial de expansão da mentalidade industrial a todos os povos do mundo, assim como o que chamamos de acumulação primitiva foi a expansão da lógica do trabalho. Tal movimento estabeleceu para as principais colônias europeias na América, a instituição destas enquanto Estado-Nação, de forma a subordinar, sobre o todo acumulado através da expropriação, o nativo e o africano e inserir os territórios do Novo Mundo na

divisão internacional do trabalho¹⁸. A mentalidade nacional se faz também fundamental para a apreensão deste movimento, pois é nela que se insere a subjetividade necessária que funda as bases de uma sociedade industrial, onde se concebe primeiramente uma unidade territorial e posteriormente das pessoas que ali existem enquanto um povo, tudo que é produzido por este povo neste território vai constituir a riqueza nacional, que não, certamente, pertence ao Estado ou igualmente entre seus membros, mas se concebe abstratamente como riqueza nacional.

2.1 Abolição e Pós-Abolição: Os Sentidos da Liberdade

A instituição da nova etapa da acumulação capitalista, marcada pela formação dos estados-nações na América e, sobretudo pela abolição do sistema escravista, engendra, enquanto continuidade lógica da acumulação primitiva, o trabalho como essência, entretanto trata-se não mais do trabalho cativo que esgotou suas possibilidades de valorização. A impossibilidade de expansão produtiva do sistema escravista foi consequência do próprio cativo, ou melhor, do grau de dependência constante que a força de trabalho escravizada tinha para se efetivar e expandir, assim sendo o fim do cativo teve pôr fim a separação ainda maior entre o trabalhador e os meios de produção, fundando as bases necessárias para a criação de uma massa de consumidores e, sobretudo do mercado de trabalho livre.

“O liberto se viu convertido sumaria e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos marcos de uma economia competitiva.”¹⁹

¹⁸ Heidemann, Dieter; Toledo, Carlos de Almeida e Boechat, Cássio Arruda “O Trabalho no Brasil: Traçado Interpretativo de sua História e de sua Crítica” Revista Estudos Avançados IEA/USP n°81, 2014, São Paulo. pp.55-67

¹⁹ Fernandes, Florestan “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” p.29, vol.1, 5ªEd, Editora Globo, São Paulo, 2008. pp.15

A abolição do sistema escravista colonial foi amplamente impulsionada pela ideia de liberdade, isso evidentemente se deu devido à coerção violenta que tal sistema impunha, porém, a efetivação desta liberdade pressupõe uma forma já estabelecida que mantém o trabalho enquanto cerne de sociabilidade. Assim se apresenta o trabalho assalariado, enquanto livre-arbítrio, onde o possuidor da força de trabalho não é mais coagido fisicamente a executá-la e ainda tem por opção escolher para quem e onde trabalhar. Contudo, todo esse plano aparente que constitui a liberdade, não pressupõe que a sociedade moderna foi fundada nas bases materiais e morais do trabalho, e que esta é a forma de consciência que molda todos os traços de nossa existência, toda sociabilidade será mediada e determinada por ela.

A formação social brasileira se constituiu nas bases da naturalização e racionalização do trabalho cativo não só enquanto alicerce das atividades produtivas, mas também enquanto sociabilidade, ou seja, todas as formas sociais (instituições) da sociedade brasileira fundam-se com a naturalização da dominação do sujeito negro, engendrando um determinado número de posturas legais ou informais que se cristalizam. Por sua vez a constituição do mercado concorrencial do trabalho livre, teve que se mostrar enquanto processo de evolução histórica, relegando ao passado escravista o status de uma sociabilidade superada, aqui novamente se apresenta a confluência entre o objetivo e o subjetivo, já que para efetivar a objetividade do trabalho livre este tinha que se constituir enquanto consciência e sobretudo enquanto moralidade e é neste ponto que o desenvolvimento do pensamento abolicionista emerge, como conjunto de ideias humanitárias que vislumbravam equivaler a existência dos cativos aos dos livres e relegar a eles os mesmos direitos que a sociedade burguesa relegava aos brancos, sobretudo o direito de serem explorados enquanto força de trabalho livre. Assim sendo, por mais que pareça justa a exaltação da luta abolicionista, esta cumpriu o mesmo papel que o racismo científico cumprira em outros tempos, a formação de uma forma consciência que

justificava o pleno desenvolvimento da acumulação capitalista. O Deus que escravizou é o mesmo Deus que liberta.

“...falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira.”

A concisa, mas precisa frase de Luiz Gama acima, herói abolicionista, demonstra a condição à qual estava exposta o negro no período pós-abolição, seu corpo (força de trabalho) agora lhe pertencia, entretanto para se efetivar enquanto elemento vivo este corpo precisava se sujeitar ao mundo do trabalho, do mesmo modo que anteriormente necessitava se efetivar enquanto mercadoria, coisa. Só que agora tal coisificação começa a ganhar elementos místicos e o primeiro destes é a própria aparência de liberdade que essa exprime. O movimento lógico que aqui se pretende elucidar é o movimento da lógica do trabalho e do lucro, que primeiro se impõe através do sequestro e do trabalho forçado do africano, além do extermínio do nativo-americano e expropriação do camponês europeu, até o esgotamento de suas possibilidades de valorização e sua transformação em mercado concorrencial da força de trabalho.

“Quando a força de trabalho escravo começa a revelar-se obsoleta, na dinâmica do processo produtivo, da divisão social do trabalho e da transição para a produção da mais-valia relativa, então o escravocrata é obrigado a transformar-se em empresário capitalista, associar-se com outros, ou abandonar o sistema produtivo”²⁰

Esse movimento de transição para o trabalho livre não foi abrupto e conforme Florestan demonstra pode ser visto a partir de um conjunto de restrições, normas e leis, que vão desde a lei do Ventre Livre, onde o filho da mulher escravizada se tornava livre ao nascer até ao Ato

²⁰ Ianni, Octavio “Escravidão e Racismo”, 1ª ed., Hucitec, 1978, São Paulo, pp.42

de Supressão do Tráfico perpetrado pelos ingleses com vista a estabelecer a indústria, o trabalho livre e massa de consumo. As grandes rebeliões e fugas de negros também se efetivaram como marcos deste processo transitório.²¹

2.2 Formação do Mercado de Trabalho em São Paulo

A embrionária cidade de São Paulo do período pós-abolição é resultado de um processo confluyente entre o acúmulo de trabalho que se inicia no trabalho nativo²² e posteriormente com a acumulação surgida das culturas de exportação de açúcar e café. Retrato disso é a própria fundação da cidade, em 1554, por padres jesuítas vindos do litoral e que aqui catequizavam os nativos, utilizando do conhecimento destes sobre o espaço, principalmente em relação aos caminhos, antigas trilhas e hoje estradas. Por esses caminhos escoavam, no então pequeno e pobre povoamento, a produção de cana-de-açúcar produzido no interior do Estado que ia em direção ao Porto de Santos, originando ali uma pequena estrutura mercantil, típica de uma economia exportadora dentre umas das diversas atividades mercantis que aconteciam em São Paulo, estava o comercio de negros escravizados, onde facilmente se concretizavam fugas, que deram origem ao chamado quilombo Saracura que se instaurava na mata fechada entre os vales alagados dos rios Saracura e Anhangabaú, um dos poucos quilombos urbanos ou o único que se tem notícia na cidade de São Paulo²³.

Se constituindo como um polo de atração de capitais através de suas estradas e ferrovias para escoamento da produção cafeeira²⁴, a cidade de São Paulo começou a acenar seu grande

²¹ Fernandes, Florestan *Op.cit*, p.30. A importância e agência dos movimentos abolicionistas constituem correntes de pensamento difusas e como não é objeto central desse texto, fica a provocação e a indicação de dois títulos CLR James – Jacobinos Negros e Maria Helena Toledo Machado (org.) - Tornando-se Livre, Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição.

²² Petrone, Pasquale “Aldeamentos Paulistas” 1ºed., EDUSP, 1995, São Paulo

²³ Carril, Lourdes “Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca pela Cidadania”, 1ºed Annablume, 2007, São Paulo.

²⁴ Rolnik, Raquel “Territórios Negros em São Paulo: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. IN: Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil”. Santos, Renato Emerson (org.), 1ºed. Autêntica, 2007, Belo Horizonte.

potencial econômico e logo com a destituição gradual do sistema escravista serviu de escape aos capitais dos antigos senhores de engenhos, que instauraram aqui seus palacetes e sobretudo suas indústrias.

Juntamente ao movimento de vinda dos antigos senhores de engenho a cidade de São Paulo, ocorria a vinda de milhares de negros recém libertos originários das fazendas de cana-de-açúcar e café espalhadas pelo interior do Estado, tais sujeitos não mais viam modos de subsistência nesses lugares e buscavam concretizar a sua tão glorificada liberdade na embrionária metrópole paulista, primeiramente enquanto trabalhadores domésticos e ambulantes e posteriormente enquanto trabalhadores industriais²⁵. Quando não instalados nas casas dos patrões, onde trabalhavam, os negros se amontoavam nos cortiços, tais habitações se caracterizavam por serem moradias coletivas, de pouco espaço, e de precárias condições higiênicas e estruturais básicas²⁶ e se localizavam no seio da cidade, como por exemplo no bairro do Bixiga.

Outro processo paralelo e fundamental para a constituição da cidade de São Paulo como cidade industrial e do trabalho foi a imigração europeia, que não só se estendeu para a capital, mas sim por todo o Estado de São Paulo no fim do período açucareiro e sobretudo nos tempos áureos do café, tanto na região do Vale do Paraíba, mas principalmente no oeste paulista.

A imigração europeia obedece a uma extrema racionalização das elites brasileiras, obedecendo a tendência mundial-industrial, sobre a necessidade de efetivar no país, especialmente em São Paulo²⁷, o mercado concorrencial do trabalho livre. Foi um projeto assumido e financiado pelo Estado brasileiro, ainda carente de uma identidade nacional.

²⁵ Santos, Carlos José Ferreira dos "Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)" 1ªed. Annablume, 1998, São Paulo.

²⁶ Carril, Lourdes *Ob cit*, pp.xx

²⁷ Andrews, George "Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988) ", 1ªed. EDUSC, 1991, São Paulo. pp.91

Marcada pela mestiçagem violenta do período escravista²⁸, a sociedade brasileira imersa na sociabilidade escravista mundial, não gozava, ou melhor não se constituía enquanto uma nação com perspectivas industriais, exatamente porque o progresso, o trabalho livre e pôr fim a indústria estavam associados ao elemento europeu. Nesse sentido a imigração europeia sobretudo a imigração de italianos, enquanto projeto de Estado juntamente com a proibição da imigração africana e asiática²⁹, demonstram que tal projeto obedecia um caráter não só econômico, mas também racial, que se institui enquanto caráter subjetivo, forma de consciência que vai guiar a concorrência no mercado de trabalho em São Paulo, vai se enraizar, novamente, enquanto naturalização. Deste modo, a força de trabalho no Estado de São Paulo se divide basicamente em dois elementos, os negros libertos e os imigrantes europeus, cada qual com sua marca, sempre atrelada ao trabalho enquanto essência humana.

É importante salientar que o regime de colonato, fundou as bases da agricultura não só paulista, mas também brasileira, pois a partir de tal processo, que Martins (1979) vai determinar como cativo da terra, que vai se constituir no Estado de São Paulo o espraiamento da ocupação da terra, a incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção de café, juntamente com a cultura de subsistência dos colonos, esta foi a forma de uma reprodução extensiva de capital que tinha como objeto não só a produção de café, mas simultaneamente a produção de fazendas de café, tornando elementar para a acumulação capitalista a renda capitalizada da terra.³⁰

A crise do café, enquanto crise de exportação determinada pela quebra da bolsa de Nova Iorque 1929, engendrou em uma série de modificações na dinâmica econômica brasileira, a principal foi a constituição e/ou fortalecimento do mercado interno, tal mercado interno

²⁸ Nascimento, Abdias "O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado", 1ªed. Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro pp.61-64

²⁹ Andrews, George *Ob cit* pp.91

³⁰ Martins, José de Souza "O Cativo da Terra" 1°. Editora Ciências Humanas, 1979, São Paulo.

pressupõe obviamente uma acumulação nacional, esta vai se dirigir às cidades, que antes se apresentavam apenas enquanto economias mercantis de suporte às exportações, sob a forma de indústrias mobilizando o mercado de trabalho concorrencial urbano.³¹

2.2.1 Mercado de Trabalho, Concorrência e Racismo

Para compreender a condição do negro em São Paulo no período pós-abolição é imprescindível, primeiramente, conceber que sua integração ao mercado concorrencial do trabalho livre ocorre de maneira negativa e subjugada, em um momento posterior é indispensável apreender que tal processo foi fruto de uma racionalização do Estado brasileiro determinado externamente pela dinâmica capitalista mundial. Assim sendo tal integração subjugada e racionalizada não pode ser assim vista, ou se assim é vista deve ser concebida não como um processo imposto, mas sim como deficiências do próprio sujeito negro. Tais deficiências vão carregar consigo pensamentos fundados no racismo científico, que atrela a não adaptação do negro ao trabalho livre a sua própria essência enquanto cativo e sub-raça. Entretanto as justificativas, deste processo de subjugo, passam por um artifício de reelaboração, mas não perdem sua raiz racista, assim surge a ideologia da vadiagem, que relega ao negro o caráter de ser preguiçoso, indolente e vadio. Ora se tal caráter, de repulsa ao trabalho, em algum momento se concretizou foi devido ao próprio trabalho violentamente imposto durante séculos a população negra, que agora ao gozar da aparente liberdade, apenas e inicialmente evitava o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e café, onde em nada se diferenciava das antigas condições de cativo. A ideologia da vadiagem, no entanto, se expande espacial e temporalmente, se cristaliza como lei e códigos de conduta de forma a renovar o modo de dominação racista, sendo fundamental na apreensão do caráter urbano e concorrencial do trabalho em São Paulo. As reais bases do subjugo do negro, enquanto

³¹ Cabe salientar que Martins (1979), não determina que o surgimento da indústria se resume ao binômio café-indústria, ao contrário critica tal tese, lembrando a importância da economia canavieira e que a indústria já existia em São Paulo desde o último quarto do século XIX.

trabalhador livre, portanto estão externas a ele, e foram determinadas histórica e racionalmente.

Por outro lado, os imigrantes europeus viam na imigração ao Brasil um universo de possibilidades não visto na Europa, onde os mesmos se constituíam enquanto trabalhadores rurais extremamente pobres. De 1888 a 1921 mais de 2,1 milhão de europeus vieram para São Paulo sendo 63,6% das viagens pagas pelo governo do Estado, este número demonstra a dimensão e importância do projeto de branqueamento da força de trabalho em São Paulo, tais números são tão significativos que durante, no mínimo, três décadas os estrangeiros constituíam a maioria da população da cidade de São Paulo.

“Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os afro-brasileiros do Estado, tanto no campo quanto na cidade. (...). Os europeus estavam sendo transportados para São Paulo para competir com os libertos e desde o início supôs-se que esta seria uma briga que os últimos iriam perder”³²

Jacino (2013) ao dissertar sobre o mercado de trabalho no período pós-abolição nos traz elementos importantes de como se estruturou o subjugado do negro enquanto trabalhador urbano, a partir das análises de boletins de ocorrência em São Paulo no período entre 1910 e 1920, o autor constata que:

“A consequência da ideologia gestada pelas elites materializadas em leis, opções patronais e ações do Estado, teria sido a

³² Andrews, George *Ob cit* pp.93-100

segregação dos negros em ocupações de menor valor social, pior remuneradas, insalubres, perigosas e pouco importantes para as principais cadeias produtivas...Constata-se, ainda que o trabalho doméstico, o comércio regular, a saúde, o setor de alimentação e a segurança pública eram os segmentos com a maior presença de negros. Por outro lado, nos modernos setores fabris e na cadeia de produção que liderava, integradas a exportação e ao atendimento da maior parcela do mercado interno a presença de negros era diminuta.”³³

Outro autor a estudar a concorrência no mercado de trabalho em São Paulo, Andrews (1998), nos traz dados estatísticos fundamentais para apreensão desta dinâmica, sobretudo ao segmentar os diversos setores onde a força de trabalho era aplicada, os dados levantados pelo Censo de 1893 e outras fontes, apenas cinco anos após a abolição do trabalho cativo, demonstram a claríssima preferência pela força de trabalho imigrante.

“O censo de 1893 da Cidade de São Paulo mostrou que 72 por cento dos empregados do comércio, 79 por cento dos trabalhadores das fábricas, 81 por cento dos trabalhadores do setor de transporte e 86 por cento dos artesãos eram estrangeiros. Uma fonte de 1902 estimou que a força de trabalho na capital era composta de mais de 90 por cento de imigrantes.”³⁴

³³ Jacino, Ramatis. “O Negro no Mercado de Trabalho em São Paulo Pós-Abolição – 1910-1920” e 187 Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2013, São Paulo. pp. 127

³⁴ Andrews, George *Ob cit* pp.111-112

O processo de imigração em massa de europeus para o Estado de São Paulo cumpriu um papel duplo, o primeiro foi de instaurar e inundar a oferta de força de trabalho livre de forma que “a oferta e a procura iriam substituir a violência e a coerção da escravidão como meio de organizar a produção”. Em segundo lugar a imigração europeia teve como objetivo consagrar o elemento europeu como portador da virtude do trabalho, de renovar o espírito do trabalho, tão desgastado pelos séculos de imposição violenta. Assim sendo, o trabalho como único meio de sobrevivência nesta sociedade, não disponível a todos homens livres, se eleva juntamente com a concorrência a um plano místico, onde só os mais aptos sobrevivem, aqueles dotados do espírito civilizado. O ideal de branqueamento, engendrada a partir da imigração de trabalhadores europeus surge como forma de consciência, que rebaixa, subjuga, marginaliza todos os aspectos ligados aos negros, indo muito além de uma acepção econômica se funda enquanto manutenção de uma hierarquia necessária ao processo de acumulação capitalista.

Paralelamente a todo processo de formação do mercado de trabalho livre na cidade de São Paulo estava também a constituição desta enquanto espaço urbano e industrial, projetado e efetivado sobretudo na gestão do prefeito Antônio Prado (1899-1911), tal processo teve como principal função ordenar e criar na cidade as bases de um novo modo de vida, marcado agora pela República e pela indústria. O plano de reformas tinha como fim a transformação da cidade de São Paulo imperial símbolo do escravismo em uma São Paulo republicana, símbolo da indústria com caráter arquitetônico de forma a imitar as já industrializadas cidades europeias.

“O que aí se esvoaçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que seria

território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas.”³⁵

Como a cidade ainda existia de maneira embrionária, a segregação espacial acontecia de maneira minimizada e foi exatamente por isso que a reestruturação da cidade foi devastadora para a população negra, a destruição dos cortiços e outras coletividades negras, como as irmandades religiosas marcaram a destituição de toda uma sociabilidade negra na cidade, os famosos batuques e até os próprios comércios praticados pelos trabalhadores domésticos e ambulantes foram dirimidos por um conjunto explicitamente racista de regras, levando a diluição do que Rolnik (1989) vai chamar de territórios negros.

Coube a população negra se reestruturar em outras regiões da cidade ainda não valorizadas, como por exemplo na Barra Funda, Bixiga e Jabaquara, alguns dos poucos bairros não habitados em massa pelos estrangeiros. Este movimento se estabelece, apenas como um dos movimentos de reestruturação espacial imposta aos negros na metrópole paulista.

“Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque “atrapalham o trânsito”; os mercados devem ser transferidos porque “afrontam a cultura e conspiram a cidade”; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”.³⁶

³⁵ Rolnik, Raquel *Ob cit* pp.81

³⁶ Rolnik, Raquel *Ob cit* pp.81

A cidade de São Paulo assim se constitui e se desenvolve como a cidade do trabalho, normatizada, higiênica, industrial, branca, um espaço que se constitui enquanto oposição ao sujeito negro e todos seus aspectos culturais e religiosos, essa oposição vai se expressar num violento processo de dominação, já naturalizado pela sociabilidade anterior escravista. A dinâmica urbana tem por característica a concentração dos fatores produtivos, essa concentração implica em uma constante condição de concorrência, que vai ocorrer tanto no nível empresarial quanto e sobretudo no nível do trabalho, em São Paulo (e em outras metrópoles do continente americano) como podemos observar, tal concorrência se funda através de uma racionalizada diferenciação, a diferenciação racial que cria dois polos que compartilham a mesma essência enquanto elementos modernos, ou seja, opõe negros e brancos enquanto força de trabalho da nova era concorrencial e industrial da acumulação capitalista. A concorrência vai intensificar o processo de formação das identidades raciais no mundo moderno, pois é a partir do embate que cada grupo, sobretudo aquele que se insere no polo negativo da concorrência no caso os negros, tende a constituir um discurso político e estabelecer suas próprias instituições. Como por exemplo vemos em São Paulo no começo do século XX, o fortalecimento da imprensa negra, o surgimento de federações, clubes e até partidos políticos como a Frente Negra Brasileira. Por outro lado, ao se instituírem enquanto polos positivos da concorrência, a população branca e imigrante construía seu discurso e formava suas instituições de maneira distinta, o conteúdo racial se oculta e a reivindicação ganha caráter genérico, enquanto trabalhadores. Assim se fundam em São Paulo a imprensa operária e os sindicatos, que inegavelmente devido ao próprio processo concorrencial, se estabelecem historicamente como organizações intrinsecamente identificadas com a população branca e imigrante³⁷. Os negros, no entanto, não se identificavam com as reivindicações dos

³⁷ Sobre os mecanismos de formação da identidade branca ver Schucman, Lia Vainer “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” 1ªed. Annablume Editora, 2014, São Paulo pp.55-69. Na obra a autora disserta sobre como se configura a identidade racial branca em São

trabalhadores fabris, por não se constituírem enquanto tais, restando, como elemento de sobrevivência, o fortalecimento de seus laços comunitários através da organização de suas próprias instituições, estas refletiriam o caráter burguês, o caráter lógico de sua própria gênese³⁸.

O estabelecimento da nova era da acumulação capitalista marcada pela substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre ocorre com a necessidade de renovação dos termos constituintes da lógica capitalista. Assim sendo a mercadoria e o trabalho se mantêm como categorias fundamentais, entretanto sofrem modificações de forma a se reporem no processo social, depois do esgotamento do modelo anterior escravista. Ao observarmos tal processo nas Américas, principalmente no Brasil e seu maior centro de acumulação, São Paulo, podemos inferir que a imigração europeia, especialmente a imigração italiana foi o principal vetor desta transição para o modelo industrial. Entretanto esta transição intensifica e cristaliza o processo de diferenciação racial e subjugo da população negra, agora legalmente livre, instaura um modelo concorrencial de maneira racional, mantendo a lógica de inferioridade naturalizada do negro do antigo modelo, relegando a estes um estado permanente de instabilidade, proporcionado pelo seu status de indolente e vadio. O que pode se chamar de exclusão pode ser melhor traduzida como integração negativa destes enquanto sub-trabalhadores e exército industrial de reserva.

Por fim, a lógica do trabalho embora não seja em essência formada pela diferenciação das identidades raciais, utiliza-se desta para seu eterno desenvolvimento, a existência desta diferenciação se faz oportunidade perfeita para o estabelecimento necessário da concorrência

Paulo, determinando que esta, se funda de maneira invisível, genérica e normalizada de forma a escamotear os elementos simbólicos e materiais de suas causas e consequências.

³⁸ A questão da identidade racial e os sindicatos também se concretiza enquanto uma questão historicamente polêmica, o que por si só geraria uma infinidade de trabalhos a serem efetivados. Para melhor apreensão do tema vide Andrews, George "Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)" pp.102-110 e como contrapartida ver Janet Abu Lughod, *Race, Space and Riots in Chicago, New York and Los Angeles* pp.16, 2007, New York.

industrial e urbana, pois cria as bases hierárquicas necessárias para a consolidação da fase industrial da acumulação capitalista. Essa hierarquia vai opor os dotados da virtude do trabalho e os vagabundos, os civilizados e os bárbaros³⁹, enfim os brancos e os negros. De forma que toda a dominação naturalizada e apresentada pelo sistema escravista permaneça sobre a população negra, só que agora sob novas formas.

³⁹ Alfredo, Anselmo “Civilidade, Fetichismo Totalitário, Sob a Contradição Capital-Trabalho. Sociedade Civil e Modernização Crítica”, 2011, São Paulo.

3. Crise, Racismo e Sociabilidade Crítica: Morte e Encarceramento do Povo Negro

A lógica que guia o moderno, após a crise do fordismo, obteve sua reposição instituindo o capitalismo financeiro e fictício como nova era, é premissa do capitalismo financeiro o crescente processo de urbanização, onde o crédito e os juros são fundamentais naquilo que certos intelectuais vão determinar enquanto produção do espaço. Entretanto trata-se aqui não de analisar como o urbano se expande enquanto processo de valorização, mas sim como o crescente processo de urbanização vai se constituir como intensificação das relações sociais, que vão culminar, sobretudo através do processo concorrencial, no genocídio⁴⁰ e no encarceramento da população negra no Estado de São Paulo, onde o urbano se constitui como aglutinação, acumulação, centralização, concentração dos processos críticos de valorização, dos fatores de produção, sobretudo da força de trabalho (Damiani, 2009)⁴¹.

“...o cotidiano e o urbano são momentos essenciais de interpretação dos termos da reprodução social (crítica)”⁴²

3.1 Urbanização e os Sentidos da Crise

Para compreendermos o crescente processo de urbanização é preciso tirar os olhos do urbano, identificar suas determinações externas e a partir disso efetivar uma análise total. Sendo assim a crise do fordismo, além de se apresentar enquanto tal, fundou as bases do processo de industrialização da agricultura, antes impedida pelo custo substancial da renda da terra, tornando-se agora objeto central da acumulação de diversos países, sobretudo os de terceiro mundo, é a chamada terceira revolução industrial ou revolução verde, que se funda como um

⁴⁰ Nascimento, Abdias “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” 1ªed. Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro pp.14-15

⁴¹ Damiani, Amélia “Urbanização Crítica e Produção do Espaço” Revista Cidades vol.6, nº10, 2009, São Paulo

⁴² Damiani, Amélia *Ob cit* pp.

dos marcos do processo de modernização. Suas principais características é ampliação das funções intermediárias, como transporte, comércio, e serviços juntamente com a crescente dispensa de trabalho vivo, já que o homem foi substituído pela máquina em larga escala. Ambas características vão ter como reflexo um significativo êxodo rural, onde trabalhadores do campo migram para as áreas urbanas em busca de postos de trabalho, não nas indústrias, que já se encontravam na situação de dispensa do trabalho vivo, mas sim nos setores terciários de serviços e comércio, assim o urbano se expande enquanto mancha cinza, vista por satélites, onde a produção do urbano se intensifica como setor produtivo e se intensifica também enquanto sociabilidade e concorrência⁴³.

A contradição campo-cidade ganha novos contornos, pequenas cidades se tornam núcleos urbanos e se torna difícil diferenciar o sujeito agrário do urbano. A lógica moderna também se repõe através deste processo, pois o agrário é o atraso a se tornar urbano, progresso. A simultaneidade do processo crítico da acumulação atinge a forma de consciência dos homens, o sujeito urbano crê numa vida melhor e no sossego do campo e o sujeito do campo crê no mundo de oportunidades do urbano. Surge então condomínios fechados de alto padrão nas zonas intermediárias, onde o automóvel é o único meio de locomoção. Novamente o trabalho e a mercadoria se repõem enquanto superação deles próprios.

“O capitalismo tardio constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez da história. A mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho que no passado determinavam

⁴³ Mandel, Ernest “Capitalismo Tardio” 1ªed. Nova Cultural, 1985, São Paulo pp.

a indústria propriamente dita, hoje penetram em todos os setores da vida social”⁴⁴

Esse movimento vai ter como implicação a ampliação da gama de mercadorias e consequente ampliação do crédito, o consumo passa a atingir cada vez mais todos os setores da sociedade, pois a superprodução se torna uma exigência para a valorização no processo de modernização, entretanto os salários continuam baixos de forma a manter intactos o lucro e a acumulação do capital, entra em cena o papel fundamental do crédito e da inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma a efetivar o consumo generalizado gerado pela processo de superprodução.

A constante dispensa de trabalho vivo e mecanização de todos os setores produtivos, primeiramente na manufatura, depois na agricultura até chegar no próprio setor de serviços será o elemento que caracteriza o processo de modernização enquanto um processo crítico. O trabalho antes produtor da mais-valia, agora cada vez mais estrito ao setor de serviços torna-se improdutivo, isto implica não somente a extensão do setor de serviços, em detrimento do setor produtivo, devido a necessidade de o capital rotar-se a si mesmo, mas de um capital monetário e creditício que não mais encontra formas de valorização nos marcos da expropriação do trabalho vivo. Isso configura um processo de valorização baseado na ficcionalização do valor, ou seja, a substituição dos investimentos na própria produção (mais-valia), devido ao crescente custo dado pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo investimento de capitais a juros⁴⁵.

⁴⁴ Mandel, Ernest *Ob cit* pp.

⁴⁵ Alfredo, Anselmo "Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica" Revista Terra Livre, Ano 26, v.1, n°34, 2009, São Paulo

“...os juroos devem ficcionalizar o próprio trabalho numa sociedade do não-trabalho.”⁴⁶

Em uma análise sobre a teoria das crises, Lefebvre (2009) define dois modos distintos de crise, crise cíclica e crise geral. A crise cíclica, inerente a toda história do capitalismo tem a “função purgativa de libertar as relações de produção e as forças produtivas de alguns excessos e excedentes relativos”, ou seja, fica evidente o caráter estritamente econômico de tais crises.

“A crise clássica (cíclica) faz irromper as contradições do modo de produção, mas as resolve momentaneamente: ela estimula a produção nesse modo de produção”⁴⁷

A crise geral ou estado crítico, como o próprio nome sugere, é a crise que abarca todos os elementos do social, segundo Lefebvre tal crise tem sua raiz nas relações que sustentam o econômico e o político, é uma crise na forma de consciência do sujeito moderno, onde as contradições, agora cada vez mais saltadas aos olhos, são concebidas negativamente. A partir disso entra em cena a ideologia da crise que tem como função a reposição categorial do modo de produção vigente, isolando o estado crítico como crise do econômico, renovando o trabalho e a mercadoria enquanto positividade, fortalecendo o mercado e o Estado.

3.2 Subjetividade e Sociabilidade Crítica

“Os efeitos de crises econômicas nunca estão exclusivamente ligados à produção e à circulação. Ou seja, crises econômicas nunca são apenas econômicas. Crises mostram suas faces mais perversas no campo político, vez que os rearranjos institucionais

⁴⁶ Alfredo, Anselmo *Ob cit* pp.

⁴⁷ Lefebvre, Henri “Da Teoria das Crises às Teorias das Catástrofes” GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 25, , 2009, São Paulo pp.138 - 152

necessários para combater seus efeitos e estabilizar o ambiente econômico, na maior parte dos casos, acabam por acirrar conflitos sociais e produzir violência”⁴⁸

A sociedade do não-trabalho para o homem moderno, é a não existência, pois ele é o “sujeito-dinheiro sem dinheiro”⁴⁹, ou seja, o homem na sociedade moderna só é concebido e se concebe como ente de produção e de consumo, sem a possibilidade de se efetivar enquanto tal, entra em crise juntamente com o modo de produção. O colapso da modernização assim se configura objetivamente nas relações de produção e subjetivamente na forma de consciência do sujeito moderno, a sociedade civil é levada a resignificar as categorias fundadoras de sua própria crise, o trabalho e a mercadoria, estes são exaltados mais que a própria vida, a sociabilidade então se torna crítica⁵⁰. Tal sociabilidade crítica se explica no urbano, onde o processo da reprodução crítica do capital escancara suas contradições, onde a sociedade do trabalho se mostra intransponível como forma de consciência, onde a concorrência se acirra de tal forma, que a violência, o cárcere e a morte não mais são estranhados.

A sociabilidade crítica entendida como elemento inerente da acumulação crítica do capital se funda enquanto crise da relação homem-homem, onde a violência formal do capital, como sua forma intrínseca e histórica, se repõe enquanto violência física naturalizada, racionalizada e espetacularizada, dada a substituibilidade de todos no processo social determinada pela consciência homogênea e de igualdade que se põe como consciência necessária que equivale todos os homens enquanto força de trabalho, positiva ou negativamente. Deste modo, essa equivalência geral de todos os homens como fatores produtivos, na realidade crítica de uma

⁴⁸ Almeida, Silvio Luiz “Estado, Regulação e Crise” Revista Jurídica Práxis Interdisciplinar v.1, n°1, 2012, Monte Carmelo –MG pp.

⁴⁹ Kurz, Robert “O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial” Paz e Terra, 1993, São Paulo pp.

⁵⁰ Almeida, Silvio Luiz “Estado e Cultura: Política de Identidade e Relações Econômicas” Revista Observatório Itaú Cultural n°. 21, 2007, São Paulo. pp.60

sociedade do não-trabalho, se expressa numa concorrência mortífera pelo trabalho, onde as identidades modernas, constituídas historicamente, têm papel elementar.⁵¹

“O colapso da base de produção pôs em marcha uma reação em cadeia através de todas as outras esferas, forçando adaptações coevolutivas estressantes, duras e conflituosas nas concepções mentais, relações sociais, padrões de vida diária e reprodução social, bem como nas tecnologias e sistemas de governança.”⁵²

Assim sendo tendo como recorte de análise e observação dados sobre a realidade da população negra do estado de São Paulo é possível, determinar que este segmento da população vivencia, percebe e concebe um cotidiano diferenciado, por todos aspectos subjetivos e objetivos que o compõe enquanto sujeito-trabalhador urbano historicamente construído. Essa particularidade se observa a partir do grau de violência direta por qual a população negra é exposta na metrópole paulista, violência essa perpetrada por diversos sujeitos sociais e que evidencia o racismo enquanto elemento central da sociedade brasileira e paulista.

3.3. Dominação e Subjugo da População Negra na Era do Capital Financeiro

A relação do negro com o moderno modo de produção é marcada pela violência, dominação e subjugo, assim foi no sequestro e cárcere do período escravista, assim ocorreu na integração negativa ao mercado de trabalho livre e se repõe hoje, na era do capital fictício, através do genocídio e encarceramento, sobretudo de jovens negros. Todos esses processos têm como características principais a dominação violenta para o trabalho, e a racionalização, naturalização e espetacularização dessa violência.

⁵¹ Alfredo, Anselmo *Ob cit* pp.; Kurz, Robert “A Pulsão da Morte da Concorrência: Assassinos Amoque e Suicidas como Sujeitos da Crise” Folha de São Paulo 26.05.2002, São Paulo

⁵² Harvey, David “O Enigma do Capital” 1ªed., Boitempo Cultural, 2011, São Paulo p.125-126

Para compreendermos a conjuntura atual da dominação racista para o trabalho é importante concebe-lo enquanto totalidade, ou seja, o trabalho é a unidade e identidade da contradição trabalhador e não-trabalhador, ambos estão submetidos à mesma lógica. Assim sendo, o negro inserido negativamente ou positivamente, tem como identidade essa equivalência enquanto fator de produção e consumidor de crédito. Onde o emprego da violência, da dominação e do subjugo, investindo negativamente sobre imaginário social do negro, se funda como premissa da divisão do trabalho, sobretudo na América.

Deste modo a morte e o cárcere, sobretudo do jovem negro na era do capitalismo financeiro devem ser apreendidos, não como uma proeminência, mas sim como processos racionalizados de dominação e controle dentro de um modo de produção em colapso, que não mais absorve essa força de trabalho, e que teme pelo descontrole social se tais sujeitos permanecerem soltos e vivos. Impõe-se, assim, à população negra, principalmente aos homens negros jovens uma morte social, que tem como fim a neutralização violenta desses indivíduos, enquanto regulação produtiva das populações que habitam o território urbano.⁵³

Michelle Alexander (2010), ao analisar o encarceramento de homens negros nos Estados Unidos da América, observa que tal fenômeno acontece de maneira massiva, e que tais sujeitos terão este status para o resto da vida, tornando-os cidadão de segunda linha. A autora denomina tal processo como *The New Jim Crow* em analogia ao conjunto de leis segregacionistas vigentes no sul dos Estados Unidos em meados do século XX. O encarceramento em massa de homens negros se constituirá segundo a autora enquanto um novo sistema de dominação racial que repõe as premissas da escravidão e da segregação dos séculos anteriores.

⁵³ Giorgi, Alessandro de "A miséria governada através do sistema penal". Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2006 Rio de Janeiro pp.27

“This new system of racialized social creates and maintains racial hierarchy much as earlier systems of control did. Like Jim Crow (and slavery), mass incarceration operates as a tightly networks system of laws, policies, customs, and institutions that operates collectively to ensure the subordinate status of a group defined largely by race”⁵⁴

O estigma de elemento bárbaro relegado aos negros no período escravista foi sendo refinado com o passar tempo, em seguida, o mesmo passou a ser considerado vadio e criminoso sempre classificado enquanto um sujeito marginal, que não se adequa a lógica do trabalho e por isso é passível de ser dominado violentamente, quando não morto. Tal lógica, já naturalizada, se intensifica nas metrópoles brasileiras, após o processo de militarização da segurança pública e da insurgência do narcotráfico, após o período da ditadura militar. A tese de combate ao crime, sobretudo ao tráfico de drogas, surge como fundamento que justifica esse novo modo de dominação social sobre a população negra. Essa dominação funda um novo conjunto de normas sociais que limitam fisicamente o negro nas metrópoles, desde simples gestos corporais até lugares passíveis ou não de serem frequentados. O negro vive no urbano, um cotidiano permeado pela objetividade e subjetividade do medo, pois assim como na sociedade escravista, ele é um ser a ser domado. A metrópole enquanto elemento de concentração e centralização dos processos produtivos vai se instituir enquanto um espaço de controle, de vigilância e de punição, sobretudo sobre o corpo negro. Instaurando violências em diversos níveis, desde uma perseguição, constante e constrangedora nos corredores pelos

⁵⁴ Alexander, Michelle “The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness”
The New Press, 2010, Nova Iorque pp.13

seguranças dos supermercados até a exceção sumária da morte pelos agentes de segurança pública⁵⁵.

3.3.1 Morte e Encarceramento da População Negra em São Paulo

Um estudo denominado de Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante, elaborado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, traça estatisticamente os passos dessa dominação. O levantamento das mortes e prisões em flagrantes praticados pelos agentes de segurança pública do Estado de São Paulo (Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Civis), expressa “que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais.” Ao passo que a letalidade policial atinge três vezes mais os negros que os brancos, sendo que a proporção de prisões em flagrantes é de 2,5 negros presos para um branco.

Sabe-se que o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) registrou que 69,3% dos habitantes do Estado de São Paulo se declararam brancas, 34,6% negras, 1,4% amarelas e 0,1 indígenas.

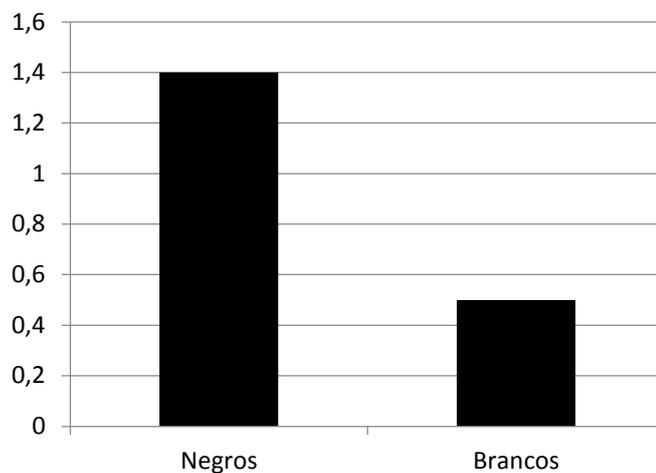
Tabela 1 - Cor das vítimas de mortes em decorrência da ação policial. Estado de São Paulo, 2009 a 2011

Cor/raça	Frequência	Percentual
Negra	501	61%
Branca	322	39%
TOTAL DE VÍTIMAS	823	100%

Fonte: Ouvidoria da Polícia; GEVAC/UFSCar

⁵⁵ Giorgi, Alessandro de *Ob cit* pp. 102-105

**Mortos em decorrência da ação policial
segundo grupos de
cor/raça, em taxas por 100 mil habitantes.
Estado de São Paulo, 2011**

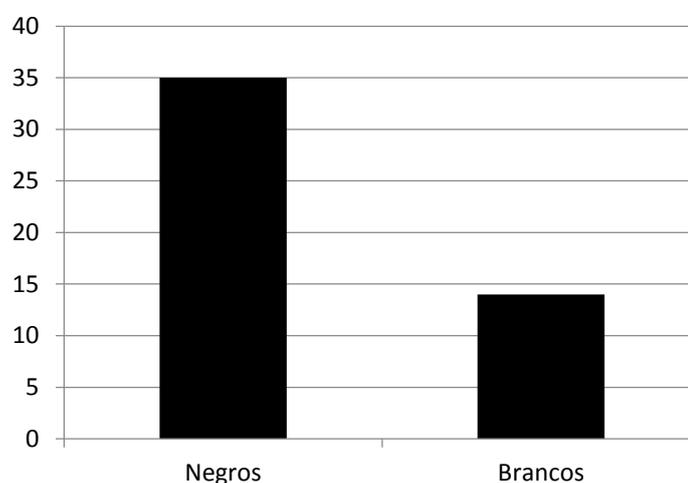


Fonte: IBGE; SSP; GEVAC/UFSCar

Tabela 2 - Presos em flagrante segundo cor/raça em São Paulo 2008 -2012

Cor/raça	Frequência	Percentual
Negra	37986	54,1%
Branca	30103	42,9%
Ignorado	2035	2,9%
TOTAL DE VÍTIMAS	70124	100%

**Presos em flagrante segundo cor/raça,
em taxa de 100 mil habitantes em São
Paulo – 2012**



Fonte: IBGE; SSP; GEVAC/UFSCar

A concorrência, como sociabilidade crítica se evidencia a partir da naturalização e espetacularização deste processo de dominação, o Estado seleciona, prende, mata e assume tais atos, no entanto a reação de boa parte da sociedade civil é de naturalizar esses atos e tratá-los com total indiferença, pois se concebe o outro, enquanto elemento prescindível, dispensável,⁵⁶ e numa sociedade fundada nas bases da dominação racial e na objetificação do corpo negro que se repõem a cada nova etapa do processo de acumulação, o negro é esse ser prescindível e dispensável.

⁵⁶ Sobre sociabilidade crítica, naturalização e espetacularização da morte e a contradição de liberdade individual: "A expressividade da violência formal do capital passada a violência física – assassinatos, chacinas, estupros, reclusão carcerária, genocídios que acompanham desde sempre o processo civilizatório moderno etc. - mas banalizada, vivenciada diariamente sob a égide da espetacularização, nada mais é do que a forma ilusória de indignação que esconde o reconhecimento de que ninguém falta. A condição vicária no processo social é de todos e tal forma de indignação mais revela aquilo mesmo que quer esconder, a naturalização e a localização da morte. Em sua espetacularização os sentimentos se resolvem como forma de consciência. O clamar pela rigidez legal como forma de coibição de uma realidade cuja crise é a intensificação física e formal da violência de cada um sobre todos reafirma a contradição de liberdade individual a que ela se propõe, afinal, a lei é a reposição do social sobre o individual sendo, a sociedade civil, entretanto o obscurecer desta contradição, ao mesmo tempo que a realiza. A pena de morte é a expressão máxima de que esta banalização é um aceitar da prescindibilidade do outro e de cada um, iludida pela defesa de uma liberdade individual que não seja o mesmo que se está recusando." Alfredo, Anselmo "Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica" Revista Terra Livre, Ano 26, v.1, n°34 p.57, 2010, São Paulo

A crise também enquanto crise de consciência, traz como senso de justiça a reivindicação de uma civilidade, que vista como ameaçada, vai se traduzir em um maior rigor da lei, revelado nas metrópoles a partir da crescente militarização do cotidiano e consequente intensificação da violência e repressão por parte do agente civilizador, o Estado, desvelando aquilo que se nega, o bárbaro.⁵⁷ E assim se faz guerra contra o crime, que tem como maior exemplo recente os crimes de maio de 2006 em São Paulo⁵⁸.

O sentimento de justiça promovido pela espetacularização da militarização do cotidiano, através, por exemplo da mídia, com os programas policiais que mostram a ‘realidade da metrópole’, naturalizam o cárcere e a morte como modo de ser da concorrência.

O senso de justiça se manifesta a partir dos argumentos jurídicos utilizados na conclusão dos inquéritos relacionados às mortes perpetradas pelas forças policiais no Estrado de São Paulo, onde 78% dos inquéritos são concluídos com o argumento de “devido cumprimento do dever” (5%) ou a conclusão de que “não houve crime de homicídio por parte dos policiais” (73%), sendo que apenas em 4% dos casos se chegou à conclusão de que “houve crime de homicídio por parte dos policiais”⁵⁹. Ora trata-se de uma autorização para matar, onde a não punição destes policiais é a afirmação da justiça.

⁵⁷ Alfredo, Anselmo “Civilidade, Fetichismo Totalitário, Sob a Contradição Capital Trabalho. Sociedade Civil e Modernização Crítica” 2011, São Paulo

⁵⁸ Os crimes de maio de 2006 foi o nome dado por uma série de mortes ocorridas (505) e não esclarecidas, nos dias 12,13,14,15,16 e 17 de maio de 2006, em uma suposta ação de represália dos agentes de segurança pública aos ataques promovidos pelo crime organizado, onde 56 agentes vieram a óbito. Para maiores detalhes ver: Cano, Ignácio & Alvadia, Alberto (coord.) “Análise dos Impactos dos Ataques do PCC” LAV-UERJ, 2008, Rio de Janeiro

⁵⁹ Sinhoretto, Jacqueline & Schlitther, Maria Carolina “Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo Letalidade policial e prisões em flagrante” GVAC-UFSCAR, 2014, São Carlos-SP

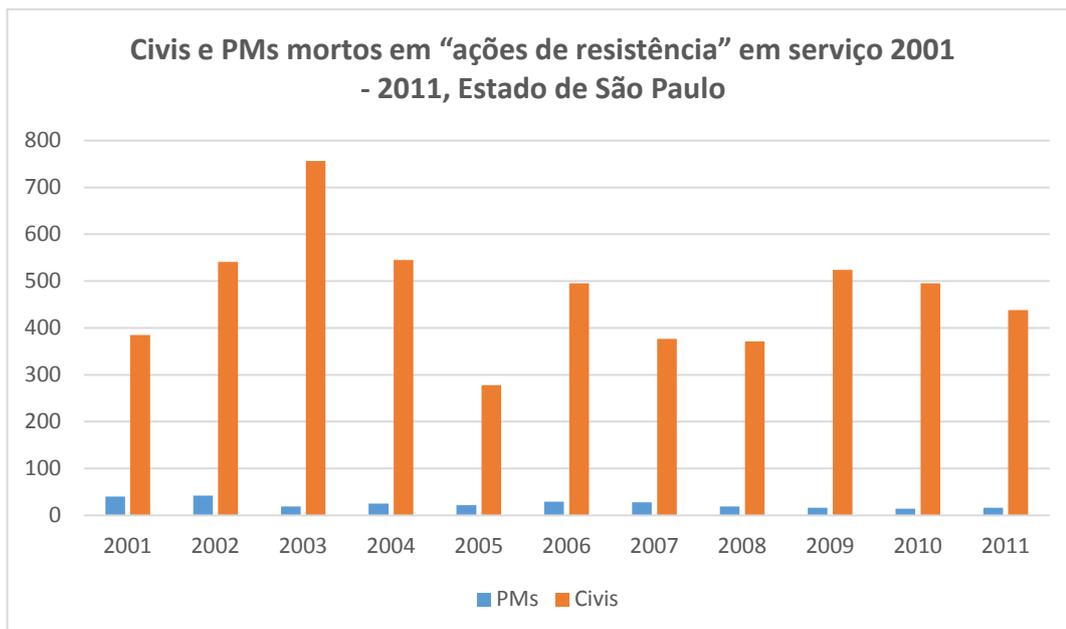
Tabela 3 - Conclusão do inquérito policial. Estado de São Paulo, 2009 a 2011

Conclusão do IP	Frequência	Percentual
Arquivamento	5	1%
Inquérito em andamento	18	2%
Conclusão com indiciamento de policiais	34	4%
Conclusão sem indiciamento de policiais	887	94%
TOTAL DE POLICIAIS	944	100%

Fonte: Ouvidoria da Polícia; GEVAC/UFSCar

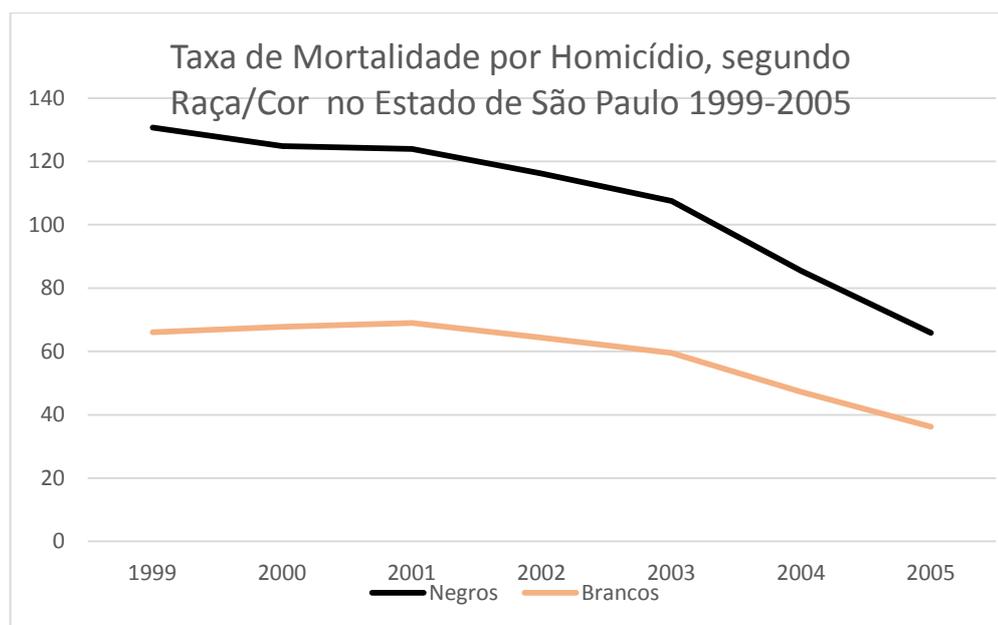
O gráfico a seguir elaborado pelo NEV-USP, Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo, para o 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2001-2010), traz dados sobre os confrontos entre civis e policiais militares em São Paulo, entre 2001 e 2011. Onde o resultado com número de policiais mortos muito inferior ao número de civis mortos indica que a polícia prioriza a violência fatal nas suas abordagens⁶⁰ e coloca em questão a tese de que haveria em São Paulo uma guerra contra o crime, pressuposta pelo equilíbrio letal das partes.

⁶⁰ NEV-USP “5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2001-2010)” 1ªed., 2012, São Paulo pp.115



Fonte: SSP/SP

As taxas de mortalidade por homicídio por raça em São Paulo (SEADE, 2010), trazem números totais sobre homicídios no Estado entre 1999 - 2005, demonstrando que a violência sobre a população negra vai para além do ato policial e se engendra como uma ocorrência generalizada da sociedade civil.



Fonte: Fundação Seade

3.3.1.1 Os Sentidos do Cárcere

Paralelamente à construção de um imaginário de guerra contra o crime e as drogas, houve o aumento substancial da população carcerária no Brasil de 296 mil em 2007 para mais 515 mil em 2012, sendo que o Estado de São Paulo concentra 190828 presos⁶¹. Se olharmos de forma positiva para a realidade do sistema prisional brasileiro podemos determinar que o crescente número de pessoas encarceradas é a maior manifestação de fracasso deste método dito como ressocialização, pois as pessoas continuam cometendo crimes e sendo presas. Entretanto se analisarmos tal crescimento de forma negativa, enquanto consequência pressuposta pelo maior militarismo e consequente dominação nas metrópoles, notamos que o inchaço do sistema prisional brasileiro vem a cumprir sua função de dominação e controle dos sujeitos indesejáveis e prescindíveis da sociedade do não-trabalho. A forma de consciência a guiar esse crescimento do cárcere no Brasil carrega consigo um intenso discurso moralizador e romântico pelo trabalho, pois o que está dado que o marginal é aquele que recusou o trabalho como modo de subsistência ao escolher pelo roubo, tráfico de drogas, etc. E assim sendo deve ser dominado violentamente e levado ao cárcere com vista de se reeducar para a sociedade do (não) trabalho, assim como os africanos no nascimento do novo mundo.

⁶¹ Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude “Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil” 1ªed., 2015, Brasília pp.26

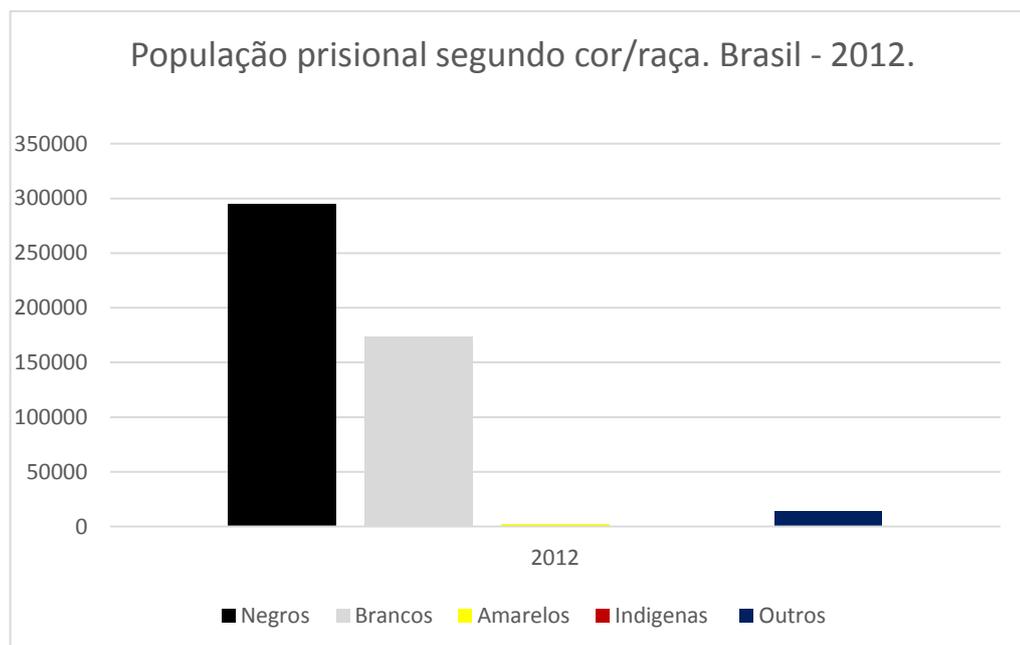


Fonte: InfoPen

O processo de mutação das estratégias penais encontra sentido no crescimento da população carcerária no Brasil que se depara num ponto extremamente crítico, onde o debate sobre o sistema prisional tornou-se uma problemática a ser tratada pela sociedade civil. Neste sentido, a se tratar do tema, observamos, não raramente, a intenção de passar a gestão dos prédios da esfera pública para a esfera privada. Se faz importante salientar que o cárcere se funda como uma das formas mais elementares de gestão racional das forças produtivas e isso se explica historicamente a partir da mutação da função exercida por essa forma de controle, que no período de fundação e consolidação do trabalho industrial e fordista tinha como função o disciplinamento, recuperação e normalização para o mundo do trabalho, ou seja, os sujeitos a partir desta realidade eram vistos como úteis, como elementos imprescindíveis da reprodução social, instituindo o chamado Estado social (Welfare State) que tinha como premissa o estabelecimento de instituições sociais como suporte a superprodução fordista.

“Inaugura-se assim, modelo de controle social disciplinar que caracterizará toda a fase de expansão da sociedade industrial, até o seu apogeu, durante o período do capitalismo fordista.”⁶²

A gestão privada dos presídios se funda com uma das inúmeras estratégias de controle postas pela economia pós-fordista, que marcada pela gradativa diminuição do trabalho vivo, vai instituir um excedente de força de trabalho caracterizando categorias inteiras de sujeitos enquanto um risco eminente à ordem estabelecida⁶³. Tal forma de controle já se encontra consolidada no centro do capitalismo (Estados Unidos e Europa) estocando milhões de negros e imigrantes respectivamente e vem se instituindo no Brasil, como os dados demonstram, a partir do considerável aumento da população carcerária.

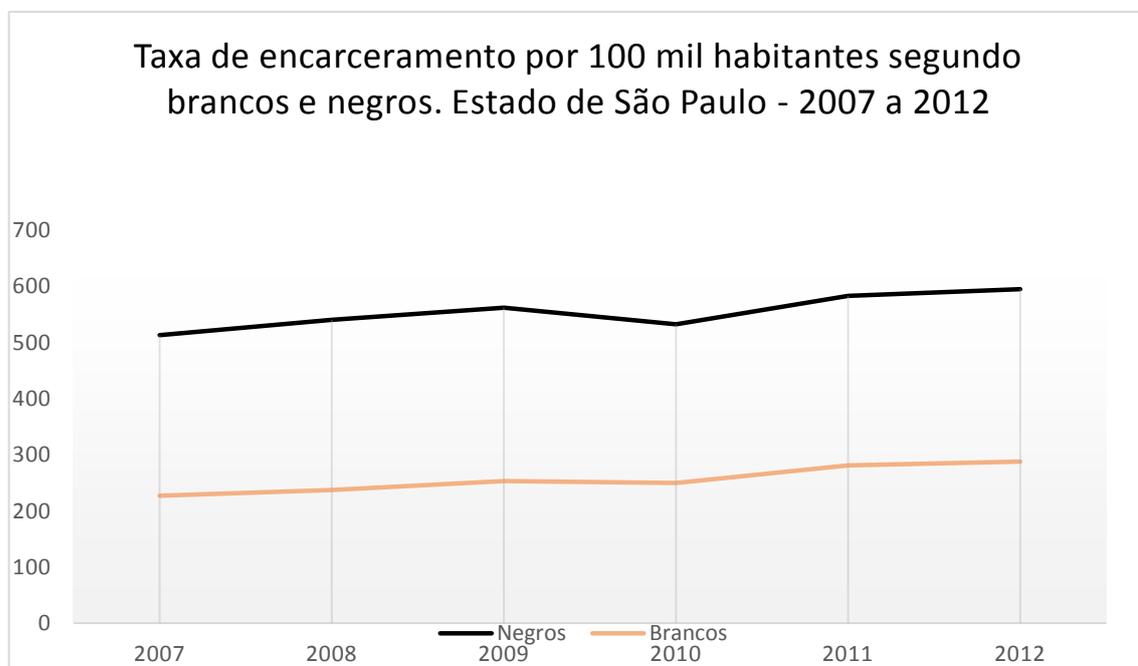


Fonte: InfoPen

⁶² Giorgi, Alessandro de *Ob cit* pp.27

⁶³ Giorgi, Alessandro de *Ob cit* pp.98

Em 2012 no Brasil 295 mil presos eram negros e 173 mil brancos, sendo que a cada 100 mil habitantes negros 292 se encontravam presos, para os brancos essa taxa é de 191 presos para cada 100 mil habitantes.



Fonte: InfoPen

No Estado de São Paulo que abriga a maior população carcerária do país, a disparidade entre negros e brancos presos é ainda maior, mais especificamente, em termos de proporcionalidade, o dobro. Onde a taxa para cada 100 mil habitantes é de 595 para negros e 288 para brancos. Tais números atrelados aos dados sobre as prisões em flagrante efetuadas pelos agentes de segurança do Estado de São Paulo indicam dois fatores, a maior vulnerabilidade social da população negra exposta à um ciclo constante de violência e que o controle exercido pela sociedade civil, desde da ação policial até o sistema judiciário, possui determinações raciais, que são históricas, e refletem no cotidiano da população negra na metrópole e fundamentam a concorrência e a divisão do trabalho em São Paulo.

Considerações Finais

Se tomarmos como premissa, na análise da totalidade e simultaneidade dos processos produtivos do capital, o ponto de vista racial observaremos nitidamente que tanto subjetiva quanto materialmente ele é e foi fundamental e se repôs paralelamente com outras categorias do capital.

A dominação naturalizada sobre a população negra na metrópole paulista na era do capitalismo financeiro, seja ela perpetrada pelo Estado ou não, reflete o caráter histórico da materialização e objetificação destes enquanto fatores de produção, mas não só, pois reflete também como a racialização foi/é fundante para a divisão do trabalho e consequente hierarquização das identidades raciais enquanto trabalhadores, ou seja, é o desenvolvimento de uma série de estereótipos determinados pela raça que vão se cristalizar e se naturalizar efetivando uma violência que se expande para além da violência econômica e que foi/é inerente a acumulação capitalista e seu caráter crítico. O caráter crítico tem como elemento central o acirramento da concorrência, baseado numa sociedade com decrescente número de postos de trabalho, elevando o grau do individualismo ao ponto de que as premissas iluministas-cristãs de vida, liberdade e fraternidade, nada mais se transformam do que simples alegorias que escancaram a crise material e subjetiva do sujeito moderno, que em meio a tudo isso perde aquilo que acreditava ser sua substancialidade e identidade, os aspectos idílicos e civilizatórios do trabalho, o que nos define enquanto própria existência.

Referências Bibliográficas

Andrews, George “Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)”, 1ºed. EDUSC, 1991, São Paulo.

Jacino, Ramatis “O Negro no Mercado de Trabalho em São Paulo no Pós-Abolição” Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2013, São Paulo.

Schucman, Lia Vainer “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” p.55-69 1ºed. Annablume Editora, 2014, São Paulo.

Rolnik, Raquel “Territórios Negros em São Paulo: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. IN: Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil”. Santos, Renato Emerson (org.) 1ºed. Autêntica, 2007, Belo Horizonte.

Santos, Carlos José Ferreira dos “Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)” 1ºed. Annablume, 1998, São Paulo.

Kurz, Robert – “O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial” Paz e Terra, 1993, São Paulo

Mandel, Ernest “Capitalismo Tardio”, São Paulo, 1ºed. Nova Cultural, 1985.

Nascimento, Abdias “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” 1ºed. Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro.

Alexander, Michelle “The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness” The New Press, 2010, Nova Iorque

Alfredo, Anselmo "Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica" Revista Terra Livre, Ano 26, v.1, n°34, 2009, São Paulo

Alfredo, Anselmo "Civilidade, Fetichismo Totalitário, Sob a Contradição Capital Trabalho. Sociedade Civil e Modernização Crítica" 2011, São Paulo

Sinhoretto, Jacqueline & Schlitther, Maria Carolina "Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo Letalidade policial e prisões em flagrante" GVAC-UFSCAR, 2014, São Carlos

Damiani Amélia "Urbanização Crítica e a Produção do Espaço" Revista Cidades, v.6, N°10, 2009, São Paulo

Marx, Karl "Crítica a Filosofia do Direito de Hegel". 2° Ed. São Paulo, Boitempo, 2010.

Marx, Karl "Sobre a Questão Judaica" Boitempo, 2010, São Paulo

Marx, Karl "O Capital: Crítica da Economia Política", vol.2, 1°ed. Editora Nova Cultural, 1996, São Paulo

Williams, Eric "Capitalismo e Escravidão" Companhia das Letras, 1°ed. 2012, São Paulo

Ianni, Octavio "Escravidão e Racismo" Hucitec, 1°ed. 1978, São Paulo

Lefebvre, Henri "O Direito à Cidade" Centauro, 5° ed. 2008, São Paulo

Giorgi, Alessandro de "A miséria governada através do sistema penal". Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2006 Rio de Janeiro

Lefebvre, Henri "Da Teoria das Crises às Teorias das Catástrofes" GEOUSP - Espaço e Tempo, n° 25, 2009, São Paulo

Kurz, Robert "A Pulsão da Morte da Concorrência: Assassinos Amoque e Suicidas como Sujeitos da Crise" Folha de São Paulo 26.05.2002, São Paulo

Harvey, David “O Enigma do Capital” 1ºed., Boitempo Cultural, 2011, São Paulo

Almeida, Silvio Luiz “Estado e Cultura: Política de Identidade e Relações Econômicas”
Revista Observatório Itaú Cultural n°. 21, 2007, São Paulo

Martins, José de Souza “O Cativo da Terra” 1º. Editora Ciências Humanas, 1979, São Paulo

Moore, Carlos “Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para a Compreensão do Racismo na História” 1ºed. Maza Edições, 2007, Belo Horizonte-MG.

Almeida, Silvio Luiz “Estado, Regulação e Crise” Revista Jurídica Práxis Interdisciplinar v.1, nº1, 2012, Monte Carmelo –MG

Munanga, Kabenguele “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra” 1ºed., Vozes, 1999, Petrópolis-RJ

Quijano, Anibal “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” IN: “A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas” 1ºed., CLACSO, 2005, Buenos Aires

Heidemann, Dieter; Toledo, Carlos de Almeida e Boechat, Cássio Arruda “O Trabalho no Brasil: Traçado Interpretativo de sua História e de sua Crítica” Revista Estudos Avançados IEA/USP nº81, 2014, São Paulo

Carril, Lourdes “Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca pela Cidadania”, 1ºed Annablume, 2007, São Paulo

Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude “Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil” 1ºed., 2015, Brasília

Núcleo de Estudos Sobre a Violência (NEV-USP) “5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2001-2010)” 1ºed., 2012, São Paulo